

TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O vácuo no centro: reflexões sobre o conceito de poder na tradição realista

João Gomes Cravinho

Professor do Curso de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Em memória de Susan Strange

1925-1998

I. Introdução: paradigmas e tradições em ri

A disciplina de Relações Internacionais (ri) tem no seu centro a ideia de poder, e procura compreender a distribuição deste num mundo caracterizado pela existência de fronteiras e pelo exercício e domínio de diferentes formas de autoridade dentro e para além das fronteiras. A disciplina alberga uma diversidade de tradições de pensamento, uma diversidade que é muito mais rica do que fariam supor a maioria de manuais, particularmente aqueles que mais se aproximam do realismo, a tradição dominante das últimas décadas¹. Esta diversidade é frequentemente classificada como uma situação de conflito interparadigmático, o que é por vezes reduzido simplesmente à ideia da existência de teorias incompatíveis.

Existem de facto em ri muitas teorias incompatíveis, havendo mesmo autores que as produzem sem a assistência de terceiros. Mas, mais importante do que esta simples constatação (característica de muitas, senão mesmo todas as disciplinas académicas), é que o conflito interparadigmático implica a ausência de consenso quanto à própria natureza dos fenómenos observáveis. O conflito interparadigmático manifesta-se num patamar anterior ao debate sobre a interpretação; o patamar da discórdia é aquele em que se observam (ou não) os fenómenos reputados significativos. Isto é, aquilo que observamos está desde o primeiro momento paradigmaticamente tingido; o nosso olhar é incapaz de neutralidade. Uma comparação entre paradigmas não envolve simplesmente uma análise objectiva para identificar qual delas descreve melhor um dado fenómeno, ou descreve de forma mais completa um campo de observação. A comparação tem de ser um processo mais profundo: requer obrigatoriamente um esforço de imaginação para conceber o mundo (ou aquilo que se está a estudar) de forma alternativa.

São portanto os próprios fenómenos estudados que mudam de significado consoante o paradigma, e não apenas as explicações que associamos aos fenómenos. Para os relativistas, isto é o mesmo que dizer que os fenómenos em si mudam de natureza segundo o observador, enquanto que para aqueles que acreditam numa realidade para além do pensamento sobre essa realidade, o problema reside apenas em tentar encurtar a distância entre os nossos conceitos e teorias e essa realidade suprema ou absoluta. Esta questão coloca-se em todas as áreas do pensamento científico, e coloca-se de forma especialmente aguda nas ciências sociais onde muitos dos conceitos mais importantes – como «sociedade», «poder», «Estado» – são construções sociais. Thomas Kuhn, que desenvolveu o conceito de paradigma para descrever a evolução das ciências naturais, não tinha certezas sobre a existência de uma realidade independente da teoria, mas sabia

que nas ciências sociais era impossível imaginar uma realidade que não fosse socialmente construída – impregnada e moldada por ideias constitutivas dessa mesma realidade. Por esta razão, entre outras, recusava aplicar as suas ideias sobre os paradigmas às ciências sociais².

De qualquer forma, a ideia de um debate interparadigmático em ri, lançada por Michael Banks em 1984³, ganhou aderentes e é hoje uma ideia dominante na disciplina, em boa medida devido às suas qualidades pedagógicas. Deixando de parte a dimensão kuhniana sobre a relação entre paradigmas e «progresso científico», admito que a ideia de um debate interparadigmático pode ser uma analogia útil. Mas parece-me também importante impedir que esta analogia seja aplicada indiscriminadamente a todas as ideias contraditórias que aparecem na disciplina, dado que o resultado seria a sugestão que tais ideias são sempre incomparáveis porque os seus paradigmas de origem são diferentes.

Na verdade, os paradigmas são, na sua essência, incomensuráveis, porque divergem num plano trans-racional, no plano do gestalt⁴. A divisão da disciplina de ri em três «paradigmas» – realismo/neo-realismo, pluralismo/globalismo/liberalismo, estruturalismo/ neomarxismo – sugere que o debate comparativo é um exercício fútil, e efectivamente verifica-se que os debates acontecem principalmente dentro de cada uma destas tradições de pensamento, e não entre elas. Mas o ponto que gostaria de sublinhar aqui é que as tradições de pensamento reflectem principalmente valores, visões sobre o futuro e objectivos políticos implícitos. Neste sentido, grande parte das temáticas tratadas podiam servir de palco para um debate mais intenso, já que não há verdadeiramente clivagens paradigmáticas insuperáveis. Se os debates ocorrem maioritariamente dentro das diversas tradições e não entre elas, devemos procurar as razões não a nível de alguma pretensa incomensurabilidade de paradigmas, mas antes a nível das preferências e agendas de investigação que as diferentes tradições escolhem.

As opções por determinados temas de investigação, consoante as preferências de cada uma das tradições, acaba por produzir vocabulários e conceitos próprios, reforçando a ideia de estarmos perante paradigmas claramente distintos e incomensuráveis. Mesmo quando se partilham conceitos e termos, o significado específico que lhes é atribuído pode variar, fazendo crescer os muros que existem dentro da disciplina, muros que resultam no desenvolvimento de discursos com conteúdos ontológicos distintos. Estes conteúdos ontológicos têm, frequentemente, consequências importantes a nível das decisões políticas, tornando cada vez mais irreduzíveis os argumentos apresentados dentro das diferentes tradições.

A reflexão que me proponho fazer sobre o conceito de poder focará a abordagem de alguns dos principais autores da tradição realista, e procurará demonstrar que a tradição não implica automaticamente uma determinada conceptualização de poder. Pelo contrário, o que se sugere é que a mais influente tradição em ri tem uma enorme lacuna neste ponto: é o vácuo no centro a que se refere o título deste artigo. Para uma disciplina que se desenvolveu para explicar padrões de distribuição de poder no plano internacional, é surpreendente que tão pouco espaço tenha sido dedicado a este conceito central. Depois da apreciação de alguns dos principais autores realistas, sugere-se uma abordagem de poder cuja génese pode ser encontrada avulsamente dentro e fora da tradição realista. Finalmente, a última secção dedica algum espaço à sugestão de arenas apropriadas para a aplicação do conceito de poder desenvolvido.

II. Poder na tradição realista

Embora seja habitual pensar em Hans Morgenthau como a principal fonte moderna da tradição realista, esta tradição já tinha os seus defensores nos anos anteriores à Segunda Guerra Mundial. Merecem, neste contexto, referência especial os trabalhos de Reinhold Niebuhr e de Edward Hallett Carr. Niebuhr desenvolveu as suas ideias em várias fases, passando por influências liberais e marxistas antes de assentar na curiosa fusão de ideias bíblicas e maquiavélicas que caracteriza a sua obra. Trata-se de uma obra multifacetada e rica, na qual a fé e a esperança, que distanciam Niebuhr do cinismo e do imobilismo, aparecem quase como se fossem um desafio à argumentação desenvolvida sobre a natureza do homem e da sociedade. A figura de Niebuhr é profundamente importante no desenvolvimento da tradição realista, não só devido à sua influência intelectual mas também porque foi um teólogo, pastor de uma igreja luterana, uma qualidade que lhe serviu de protecção contra ataques que descrevem o realismo como uma doutrina de ódio e de desconfiança. Politicamente, esta protecção foi relevante para o desenvolvimento da tradição realista a partir dos Estados Unidos a seguir à Segunda Guerra Mundial.

O conceito de poder é invocado amiúde em *Moral Man and Immoral Society*, porventura o mais importante livro de Niebuhr, sem que o autor alguma vez explicitamente aquilo que entende pelo termo. Procuraremos reconstruir a sua forma de pensar sobre o poder através daquilo que é possível extrair deste livro. Niebuhr escreve que as duas mais importantes formas de poder são o poder militar e o poder económico⁵. Nas sociedades primitivas existe também poder religioso, que permite, a quem o detém, estabelecer a ordem e distribuir benesses, mas esse tipo de poder não se manifesta nas sociedades mais evoluídas. Neste ponto e em outros é claramente visível que, para Niebuhr, o poder é algo que tem de estar investido numa pessoa ou num grupo, e que pode ser exercido por quem o detém em benefício próprio. Poder assemelha-se a dinheiro: uns têm-no e outros não. Por exemplo, Niebuhr escreve que as desigualdades que resultam do exercício de poder são justificadas a posteriori, simplesmente para permitir que os poderosos disfarcem a sua ganância. A própria sociedade colabora nesta tarefa devido à tendência que tem de ocultar os aspectos mais brutais da vida⁶.

Uma das razões para esta relativa falta de curiosidade quanto à natureza do poder é que, para Niebuhr, as manifestações específicas de poder (religioso, militar, económico) podem sofrer alterações, sem que a essência das coisas mude. Esta essência, segundo Niebuhr, é que os poderosos satisfazem os seus interesses à custa dos interesses de outros, e esta realidade é válida quer a nível nacional quer a nível internacional. Assim, as guerras napoleónicas são vistas como fruto apenas da sede de (mais) poder que caracterizava o próprio Napoleão⁷. O poder tem portanto as seguintes consequências para Niebuhr: dentro de comunidades o poder sacrifica a justiça a favor da paz interna, enquanto que entre comunidades o poder destrói a paz⁸. Em suma, Niebuhr considera que o poder é um facto da vida social, e que está sempre presente; considera que é algo que reside nas mãos de indivíduos ou grupos e que estes o utilizam em proveito próprio; considera que funciona sempre da mesma maneira, muito embora os instrumentos do poder possam sofrer alterações; e considera que o instinto de sobrevivência dos grupos transforma-se num instinto de poder, pois o poder é aquilo que garante a sobrevivência⁹.

Se Niebuhr tem uma noção pouco elaborada daquilo que entende por poder, a de Carr é mais sofisticada¹⁰. Para Carr, o poder é simplesmente uma qualidade dos Estados. Se têm muito poder são Grandes Poderes (Great Powers); em alternativa podem ser Poderes

Médios ou Poderes Pequenos. Carr utiliza a palavra Power, com maiúsculas, como sinónimo de «Estado», visto que na sua opinião é esta a característica mais relevante dos Estados em política internacional. O principal objectivo do seu demolidor livro de 1939, *The Twenty Years' Crisis*, é demonstrar que a distribuição de poder entre os Estados determina os processos políticos no meio internacional: «O poder é um instrumento indispensável de governação. A internacionalização da governação, em qualquer sentido concreto, significa internacionalização de poder; e governação internacional é na realidade governação pelo Estado que proporciona o poder indispensável para governar»¹¹.

A fonte de inspiração no seu tratamento do conceito de poder é Bertrand Russell, de quem Carr adopta uma visão tripartida do poder: poder militar, poder económico e poder sobre a opinião de terceiros. Esta divisão é, para Carr, analiticamente útil, mas na realidade o poder deve ser visto como uma totalidade inseparável. Não é verosímil, diz Carr, que um país possa passar muito tempo com apenas uma ou outra destas formas de poder, porque circunstâncias diferentes requerem diferentes formas de poder, e existe portanto a tendência de se utilizar uma forma para obter outras formas de poder¹².

O meio internacional é dominado pela possibilidade permanente de guerra, o que implica que o poder militar é a base de todo o poder internacional. Por esta razão, o poder militar é simultaneamente um instrumento e um objectivo em si mesmo¹³, e é neste contexto que Carr cita Niebuhr quanto à impossibilidade de separar a necessidade de sobrevivência e a necessidade de poder. O poder económico de um Estado está intimamente ligado ao poder militar, na obra de Carr, o que representa uma crítica frontal e assumida à doutrina liberal, segundo a qual a economia e a política tratam de esferas distintas: «A ciência económica pressupõe uma dada ordem política, e não pode ser estudada sem referência à política»¹⁴. A ideologia da livre concorrência, que dominou a economia clássica, é vista por Carr simplesmente como a doutrina favorita do concorrente mais forte, o que no século XIX significava a Grã-Bretanha¹⁵. Regressando à sua ideia inicial sobre a totalidade inseparável do poder, Carr diz que a melhor forma de pensar sobre a relação entre o económico e o militar é a seguinte: «Na procura de poder, utilizam-se tanto instrumentos militares como instrumentos económicos»¹⁶. A única distinção relevante diz respeito à oportunidade de utilização de uma forma ou outra.

Sem ser original, Carr trata a distinção entre poder político e poder económico de uma forma clara e sucinta, mas é nas suas referências ao poder sobre a opinião de outros que ele introduz uma dimensão relativamente inovadora para a sua época. Ao contrário de Niebuhr, que considerava que o poder «religioso» pertencia apenas às sociedades primitivas, Carr argumenta que o uso de instrumentos, cada vez mais sofisticados, para ganhar crentes e aderentes à causa é um fenómeno característico do século XX. A noção que ele tem deste «poder sobre a opinião» é funcionalista, tratando-se de um poder que pode ser mobilizado por quem o detém para o cumprimento de uma função específica, considerada importante pelo Estado que emprega esta forma de poder. Carr responsabiliza a União Soviética pelo alastrar desta forma de poder nas relações internacionais, dizendo que o engenho é fruto da pobreza militar e económica do novo regime bolchevique¹⁷. Apesar de poder ter um percurso solitário durante algum tempo, o poder das ideias acaba por se afundar se não for acompanhado por poder militar e económico; as ideias cedem sempre lugar às realidades da política quando estas duas forças entram em conflito, como se pode comprovar com o Pacto nazi-soviético de 1939.

Resumindo, embora Carr se permita falar de três formas distintas de poder, ele considera que em última análise é sempre essencial considerar o poder na sua totalidade. A visão que ele tem do poder na política internacional é parecida com a de Niebuhr: trata-se de algo que está sempre presente, e que permite a uns impor a sua vontade a outros. Carr abre uma porta interessante ao olhar para o poder sobre a opinião, mas acaba por desenvolver pouco as potencialidades desta linha de pensamento, devido ao seu apego à ideia do Estado como principal ou único actor no palco internacional. As ideias são consideradas apenas como instrumentos para a promoção do poder dos Estados, instrumentos úteis, se bem que menos eficazes que o poder militar ou económico, sem os quais não se conseguem impor.

A seguir à Segunda Guerra Mundial, e seguindo o caminho trilhado por Niebuhr, Carr e outros, Hans Morgenthau escreveu *Politics Among Nations*, o livro que viria a ser a principal obra de referência de uma geração de realistas, especialmente aqueles que estudaram nos Estados Unidos. É nesta obra que Morgenthau descreve os famosos seis princípios do realismo político¹⁸, onde propõe que a política internacional deve ser compreendida como «a promoção dos interesses definidos em termos de poder»¹⁹. Quanto à natureza do poder, Morgenthau considera que pode variar de contexto para contexto, e que deve ser pensada de forma abrangente:

«O conteúdo e a forma de utilização do poder são determinados pelo meio político e cultural. O poder pode incluir tudo aquilo que estabelece e mantém o controlo do homem sobre o homem. Assim, o poder cobre todos os relacionamentos sociais que contribuem para esse fim, desde a violência física às mais subtis ligações psicológicas que uma mente pode usar para controlar outra. O poder cobre o domínio do homem pelo homem, tanto quando é disciplinado por fins morais e limitado por salvaguardas constitucionais, como acontece nas democracias ocidentais, como quando se trata daquela força bárbara e não domesticada, que segue a lei da sua própria força e que tem por justificação apenas o seu próprio engrandecimento»²⁰.

Por todo o trabalho de Morgenthau é possível identificar uma despreocupação com a análise abstracta, já que ele coloca em primeiro lugar critérios pragmáticos: se os conceitos descrevem a realidade, pouco interessa o rigor teórico; se não descrevem a realidade, não há nenhum rigor científico que lhes dê utilidade. Também aqui, quando descreve o poder, é possível observar esta abordagem. Morgenthau sabia, no entanto, que precisava de uma noção mais elaborada de poder para defender os seus seis princípios, já que toda a lógica dos seus argumentos está alicerçada nesse conceito. Num exercício de conciliação entre as suas preferências pragmáticas e os requisitos de solidez teórica, Morgenthau incluiu um capítulo teórico sobre o conceito de poder, mas limitou o capítulo a umas meras doze páginas num tomo de seiscentas²¹.

«O poder é uma relação psicológica entre quem o exerce e quem se lhe submete. Aqueles controlam certas acções destes, através do impacto que o poder dos primeiros permite ter sobre as mentes dos últimos. Esse impacto resulta de três fontes: a expectativa de benefícios, o receio de desvantagens, e o respeito ou amor pelos homens e pelas instituições»²².

Embora Morgenthau diga que o poder político é psicológico (porque a partir do momento em que a força é utilizada passa a ser poder militar), ele considera que só existe a partir de uma base concreta, nomeadamente a potencialidade de dar benefícios ou impor custos. Ao contrário de Carr, Morgenthau não considera que a persuasão é uma manifestação de poder político²³. Uma distinção que Morgenthau diz que existe, embora não chegue a fundamentar a sua afirmação, é entre poder legítimo e ilegítimo. De acordo com essa distinção, haverá uma diferença qualitativa entre o poder que é exercido com uma justificação moral ou legal, e aquele que não o é, tanto do ponto de vista filosófico como do ponto de vista prático. O aspecto filosófico não é explicado, e quanto ao aspecto prático Morgenthau diz que perante poderes equivalentes, o poder legítimo é mais eficaz²⁴. Seria interessante assistir a um diálogo entre Morgenthau e Carr sobre esta matéria, já que Carr não aceitaria seguramente a ideia implícita de uma ordem moral ou legal isenta.

Curiosamente, Morgenthau considera que nem todas as relações internacionais são relações de poder, e portanto nem todas fazem parte do âmbito da política internacional. Como exemplos de relações internacionais não-políticas, Morgenthau inclui tratados de extradição, relações comerciais, ajuda humanitária e cooperação cultural²⁵.

Morgenthau tem um conceito de poder que é essencialmente descritivo e que pode ser resumido simplesmente da seguinte forma: poder é aquilo que leva alguém (ou algum grupo) a fazer algo que não convém aos seus interesses. Tal como na obra de Carr, Morgenthau considera que o poder é simultaneamente um instrumento e um objectivo, e que só ganha expressão de uma forma instrumental, isto é, quando é imposto por alguém contra alguém. No entanto, em política internacional só certas formas de poder intervêm, estando nomeadamente excluídas as formas de poder que são relevantes para explicar a ordem interna dos Estados. Essas formas de poder podem fortalecer (ou enfraquecer) a posição do estadista, mas aparentemente nada têm a ver com a definição dos interesses, e portanto a aplicação internacional do poder internamente gerado.

Apesar de ser a pedra fundamental do realismo de Morgenthau, o conceito de poder que ele utiliza é vago, funcionando como uma *ultima ratio* intelectual: sempre que algo carece de explicação, pode-se invocar a dupla interesses-poder para explicar que uma parte utilizou o seu poder superior para satisfazer os seus interesses. Quem lê *Politics Among Nations* cinquenta anos após a sua publicação não pode deixar de se surpreender com a fragilidade da sua arquitectura teórica, e no pequeno capítulo sobre poder esta fragilidade é indissociável. Apesar de se apoiar frequentemente em Max Weber, no que toca ao conceito de poder, Morgenthau parece não se interessar pela riqueza da análise weberiana, por exemplo, nos famosos ensaios sobre política e sobre disciplina²⁶. Morgenthau fez-se porta-voz, em 1948, de uma geração desiludida com as falsas esperanças levantadas pelo idealismo wilsoniano e, simultaneamente, de uma elite a quem convinha uma justificação científica para preparar a opinião pública para os rigores da Guerra Fria. O contexto específico do aparecimento do livro, e a sua adopção nos mais importantes círculos de decisão nos Estados Unidos, são, porventura, mais relevantes em explicar o seu sucesso que a solidez científica da escrita²⁷.

O percurso histórico do pós-guerra, especialmente nos Estados Unidos onde esta nova disciplina ganhou raízes mais profundas, dirigiu a atenção académica para problemas prementes da actualidade, nomeadamente o confronto com a União Soviética²⁸. O momento histórico valorizou a investigação prática em si, aquela que podia resultar em

conclusões úteis para a política americana no âmbito da Guerra Fria, desvalorizando os debates puramente teóricos ou abstractos. Isto significa que o pensamento sobre poder evoluiu rapidamente no sentido de procurar uma resposta a uma pergunta muito concreta: como podemos medir e fiscalizar o nosso poder e o poder deles, neste novo mundo bipolarizado, e altamente perigoso?

A forma como a pergunta surge corresponde à evolução política internacional, muito mais que às tensões existentes no seio de uma jovem disciplina científica, e os resultados desta linha de investigação só podem ser compreendidos em função da sua aplicação política. De qualquer maneira, a coincidência entre a revolução behaviorista e as necessidades políticas resultou numa série de tentativas para captar a essência do poder, de forma a submetê-lo a um processo de medição e previsão. As mais caricatas destas tentativas procuraram mesmo encontrar fórmulas matemáticas que explicassem secamente os vários elementos que constituem o poder²⁹. Após alguns anos de voga estas fórmulas foram abandonadas e remetidas, merecidamente, para o esquecimento. Em consequência da natureza utilitária de grande parte da investigação em RI nesse período, o pensamento sobre poder definiu até se verificar um novo rumo para esta tradição de pensamento, nomeadamente o neo-realismo a partir do final da década de 70.

Entretanto, na Europa, o sociólogo Raymond Aron insere-se também, claramente, na tradição realista, mas a sua formação deixa-o intranquilo com a maneira como se trata a ideia de poder na tradição dominante em RI. Em particular, Aron despedaça, ponto por ponto, as inconsistências de Morgenthau, por quem, aliás, não parece nutrir especial respeito³⁰. Uma importante contribuição de Aron reside no seu recurso à língua francesa para distinguir entre o potencial (*puissance*) e o acto (*pouvoir*), e a distinção de várias etapas para assinalar a passagem de um para o outro: estabilização (no tempo e no espaço, pois uma *puissance* que é transitória dificilmente se traduz em *pouvoir*); institucionalização (embora aqui Aron não explique a forma exacta como compreende este passo, que pode efectivamente assumir formas distintas dependendo do grau de formalidade investido em instituições, um aspecto importante para a teoria de regimes); legitimação; concentração; e domínio.

Este ciclo de etapas descrito por Aron é terreno fértil, mas as gerações seguintes cultivaram pouco as possibilidades por ele abertas. É possível que o próprio Aron tenha alguma responsabilidade por isto, ao tornar claro que ele interpretava a expressão weberiana *Herrschaft* de forma restritiva, isto é, como «dominação», sublinhando a importância do relacionamento entre duas entidades³¹. Sem entrar em debates semânticos sobre as intenções de Max Weber, e admitindo plenamente que Aron possa ter razão nesse plano, o efeito pretendido por Aron não é meramente encontrar a tradução correcta. Aquilo que ele pretende é que o conceito de poder seja utilizado no contexto de relacionamentos «especificamente políticos», entre sujeitos e objectos de *pouvoir*, fechando deliberadamente as portas a uma outra possibilidade, que seria a aplicação do conceito de *Herrschaft* a toda uma ordem social. Aron chega mesmo a sugerir que a interpretação alternativa de Max Weber, protagonizada nos Estados Unidos por Talcott Parsons, representa um ataque sobre o pensamento ocidental, «de Aristóteles a Weber»³². Como iremos ver na secção seguinte, é esta possibilidade recusada que constitui a mais promissora linha de investigação sobre poder na actualidade.

Do outro lado do Canal da Mancha surge a chamada «English School», a partir do final da década de 50, em torno do trabalho de Martin Wight³³, Hedley Bull³⁴ e, mais tarde,

John Vincent³⁵, entre outros. Embora esta escola de pensamento seja frequentemente considerada uma versão britânica do realismo americano, há importantes distinções que devem ser estabelecidas, começando pela própria ideia construtivista de uma sociedade internacional, central na English School e ausente no realismo de Morgenthau³⁶. Os investigadores da English School escrevem sobre uma sociedade internacional que é constituída, subjectivamente, a partir do comportamento e das expectativas de cada participante, e não a partir de extrapolações sobre a «natureza humana», como em Morgenthau.

Infelizmente, nenhum destes autores desenvolveu claramente uma teoria de poder em relações internacionais, mas é possível depreender que utilizavam uma noção de poder mais sofisticada que a de Morgenthau. Enquanto que Morgenthau observa a aplicação de poder, do sujeito para o objecto, num contexto com regras claramente definidas, a English School sublinha as possibilidades de mobilização de normas que resultam do comportamento repetido, de forma a enriquecer substancialmente o entendimento de poder. A contribuição de cada actor para as condicionantes da sociedade internacional é uma importante fonte de poder na lógica da English School, uma linha de investigação que está mais próxima das ideias mais recentes de Ruggie sobre multilateralismo, do que do realismo clássico³⁷.

Regressando aos Estados Unidos, surge em 1979 a promessa do neo-realismo, nomeadamente pela caneta de Kenneth Waltz com *Theory of International Politics*³⁸. Muito antes, com *Man, the State and War*, Waltz já tinha criticado (mais respeitosamente que Aron) as confusões em torno do conceito de poder na obra de Morgenthau³⁹, mas em 1979 a distância é já suficientemente grande para merecer o termo neo-realismo. Em particular, o neo-realismo critica as teorias que se constroem a partir de pressupostos sobre a natureza humana, considerando-as reducionistas, e portanto incapazes de compreender o funcionamento do sistema na sua totalidade. A constatação deste erro leva Waltz a tentar construir uma teoria sistémica, na qual o comportamento das unidades (e quanto à natureza das unidades Waltz insiste na exclusividade dos Estados) é constrangido pela natureza do sistema internacional. O neo-realismo de Waltz representa a codificação de propostas dispersas apresentadas por autores como Stanley Hoffmann e Morton Kaplan, partindo de um sentimento de insatisfação generalizado com a abordagem de Morgenthau, pelo menos entre os autores com maior pendor teórico.

A obra de Waltz é consideravelmente mais sofisticada que a de Morgenthau, mas a sua conceptualização de poder não é muito mais interessante, em parte devido aos objectivos que Waltz se propõe. Waltz pretendia desenvolver uma teoria abstracta, cujo principal enfoque residia no relacionamento entre as unidades constituintes do sistema internacional e o sistema em si mesmo. De acordo com as suas ideias sobre teorias, essencialmente popperianas e positivistas, Waltz é obrigado a utilizar conceitos altamente estilizados para a elaboração das suas teorias⁴⁰. Um exemplo disto é o tipo de Estado que ele postula como a unidade básica do sistema internacional, nomeadamente um Estado extremamente simples, essencialmente homogéneo e racional. Para Waltz, o objectivo não é descrever Estados tal como se podem observar, nem, muito menos, desenvolver uma teoria do Estado. Aquilo que ele pretende é meramente descrever uma unidade que serve uma função de pressuposto vital para a sua teoria⁴¹. Waltz defende esta abordagem contra aqueles (como Richard Ashley⁴² e Robert Cox⁴³) que o criticam, e tem razão ao dizer que um certo grau de abstracção requer inevitavelmente estilização de conceitos. O

problema surge quando a estilização resulta em conceitos excessivamente dissociados da realidade.

Quanto à sua abordagem do conceito de poder, o problema não é tanto a estilização excessiva, mas antes a atitude utilitária que ele adopta nesta matéria. Para Waltz, o objectivo fundamental é descrever o funcionamento integral do sistema que ele imagina, e para isso adopta um entendimento de poder que é pouco desenvolvido, mas corresponde às necessidades imediatas. Para Waltz, o poder é simplesmente um recurso que permite a um actor alterar o comportamento de outro; o que é verdadeiramente interessante para Waltz é a distribuição de poder no sistema internacional, mesmo partindo de uma conceptualização vaga. Visto que a sua tarefa é a elaboração de uma teoria do sistema internacional, Waltz concentra os seus esforços em explicar a forma como a distribuição de poder (que reside nas unidades, os Estados) no sistema internacional pode afectar o comportamento dos Estados⁴⁴. Ao contrário do rigor científico que caracteriza outras partes do seu livro, Waltz limita-se a deixar transparecer algum malaise com a forma como tradicionalmente se discute o poder, mas a definição que o próprio nos oferece – e Waltz parece ter consciência disto – não escapa às fragilidades que ele pressente. Waltz refere simplesmente que «o poder de um actor é a sua capacidade de afectar outros actores, comparado com a capacidade que outros actores têm de o afectar a si»⁴⁵. O conceito de poder que resulta desta definição, e do imperativo de efectuar comparações de poder entre Estados, é altamente – inverosimilmente – fungível⁴⁶.

A fungibilidade de um recurso é a possibilidade de ser utilizado para atingir uma diversidade de objectivos. Assim, o dinheiro é altamente fungível porque permite uma enorme variedade de utilizações. Aliás, o desenvolvimento da moeda resultou justamente da necessidade sentida de superar a falta de fungibilidade de outros equivalentes funcionais, um processo que resultou na quantificação monetária do valor dos mais variados bens e serviços. É possível debater o grau de fungibilidade de poder, mas será sempre menos fungível que o dinheiro: por exemplo, a posse de uma arma nuclear, que é um instrumento de poder, não resolve uma disputa comercial. Diferentes tipos de poder têm diferentes níveis de fungibilidade, e as circunstâncias específicas podem afectar esses níveis.

Ao escrever sobre a distribuição de poder no sistema internacional Waltz desinteressa-se pelo problema da fungibilidade, possivelmente porque iria tornar mais complexo um aspecto da sua teoria que é funcional e não fundamental. Respondendo a críticas sobre este ponto, Waltz acaba por admitir que poderá ter exagerado a fungibilidade do poder, mas defende-se dizendo que, na prática, o poder é efectivamente muito mais fungível do que alguns pensam. Além disso, ele sugere que o poder de grandes potências é mais fungível do que o poder de pequenas potências embora, infelizmente, não desenvolva esta ideia⁴⁷.

Um dos vários problemas teóricos que atormentam o trabalho de Morgenthau é a indefinição entre poder como um objectivo e poder como um meio para atingir outros objectivos, resultando na ideia axiomática de que os Estados procuram maximizar o seu poder. Waltz considera errada esta ideia, acreditando que os Estados procuram maximizar o seu poder apenas depois de terem assegurado a sua sobrevivência e a sua segurança. Uma opção de maximização de poder pode servir esses objectivos primários, mas também resultar numa contradição; nestas circunstâncias, segundo Waltz, os Estados compreendem que o poder é instrumental e não essencial, e tratam-no como tal. O

conceito de «ganhos relativos», um conceito central do neo-realismo, provoca esta reapreciação da relação entre Estados e poder.

A tradição realista, desde o realismo clássico de Niebuhr e Carr até ao neo-realismo de Waltz, não é unitária no que diz respeito à forma de entender o conceito de poder, mas nunca se considerou uma prioridade aprofundar esta matéria. Um dos autores mais interessantes desta tradição é sem dúvida Carr, especialmente porque compreendia – seguindo Karl Mannheim – a forma como o conhecimento é constitutivo da realidade externa, e que a arquitectura teórica e intelectual à disposição de qualquer actor contribui de forma importante para as decisões por ele tomadas. Embora esta postura não seja fatal – ou sequer complicada – para a tradição realista, é altamente minoritária, essencialmente porque essa tradição se confunde com o conservadorismo ideológico que domina a disciplina de RI nos Estados Unidos durante a Guerra Fria⁴⁸. A necessidade de verdades absolutas num contexto de guerra ideológica não era propiciador de reflexões sobre a natureza do conhecimento, pelo menos numa disciplina tão próxima do coração dos guerreiros da Guerra Fria. Outro autor da tradição realista que tem uma concepção muito interessante de poder é Robert Gilpin, mas Carr e Gilpin acabam por ser pouco representativos da tradição realista nesta matéria⁴⁹.

Em geral, podemos dizer que a grande maioria de autores na tradição realista deram-se por satisfeitos com uma leitura superficial do conceito de poder, não questionando, por exemplo, a natureza da relação entre as diferentes formas de poder que identificavam, e sublinhando as capacidades visíveis à disposição de um decisor (exército, economia, infra-estruturas, etc.). Quando surgiam discrepâncias entre capacidades e resultados – as numerosas ocasiões em que capacidades superiores não foram capazes de impor a sua vontade – era costume resolver-se o paradoxo através da referência a factores vagos como «motivação», que funcionavam como cheques em branco para suprir a diferença entre aquilo que era suposto acontecer e aquilo que acontecera.

III. Poder relacional e poder estrutural

A ligação directa – ou mesmo proporcional – entre capacidades e poder resultou naturalmente em tentativas de medição matemática do poder, como as de Ray Cline, mas o descrédito dessas tentativas não se traduziu no descrédito da ideia fundamental da existência de uma ligação linear entre poder e capacidades. A esta ideia podemos chamar, seguindo Susan Strange, poder relacional, porque se trata do poder (entendido em termos do potencial representado pelas capacidades) que cada Estado traz para um relacionamento com um outro Estado⁵⁰. Para os autores que acreditam que as relações internacionais relevantes para a política internacional consistem exclusivamente nas relações entre Estados, é normal que se procure por esta via circunscrever o conceito de poder às capacidades relativas de cada Estado.

Existe (pelo menos) uma outra possibilidade, que consiste em analisar o poder segundo os resultados e não segundo as capacidades. Uma das atracções desta segunda via reside na possibilidade de superar a necessidade de um elemento místico (vontade, motivação, etc.), que está sempre presente em análises relacionais do poder, um elemento essencial para explicar o desfasamento entre capacidades e resultados. Quando se toma como ponto de partida os resultados, torna-se de imediato essencial reflectir sobre a natureza do sistema ou meio internacional no qual as vontades e os resultados se manifestam. Nesta reflexão, para além de se tomar em conta o potencial das capacidades dos Estados e

outros actores (o poder relacional), é imprescindível também reflectir sobre as normas que regem o relacionamento internacional, isto é, a própria estrutura da sociedade internacional. Estas normas incluem uma larga gama de instituições, entendidas como padrões de comportamento repetido que induzem determinadas expectativas. Entre estas normas temos, por exemplo, o Direito Internacional, estabelecido e em formação, que representa a parte mais codificada do meio internacional. Menos codificados, mas não menos significativos, são todos os comportamentos repetidos que introduzem a rotina e a previsibilidade no relacionamento internacional, e que implicam alguma forma de penalização quando são desrespeitados. Os regimes de comportamento não têm de ser explícitos nem, muito menos, codificados e ratificados, para influenciarem profundamente as opções de actores. Aliás, essas opções são imaginadas e classificadas de acordo com uma enorme gama de normas de socialização, frequentemente tão enraizadas que deixaram de ser conscientes.

Na medida em que as características do meio internacional influenciam o comportamento dos actores, qualquer reflexão sobre o poder que parta de uma análise de resultados (em vez de capacidades) tem de considerar o próprio meio internacional como uma estrutura de poder. A questão que resulta naturalmente desta linha de pensamento sobre o poder é, simplesmente, *cui bono?*, como Susan Strange gostava de dizer: a quem é que beneficia uma dada estrutura, hábito ou forma de fazer coisas? Qualquer ordem social – seja a ordem política e económica interna de um Estado, a ordem que regula as actividades de um qualquer grupo social, ou a ordem política, tecnológica, económica ou jurídica do palco internacional – favorece sempre alguns em detrimento de outros. Não é possível, ou sequer imaginável, uma ordem social neutra, isenta, incolor, inodor e inocente. Quem é capaz de influenciar o formato, as tendências, as normas, as preferências, em suma, os elementos valorativos que servem de alicerce a qualquer ordem social, tem poder estrutural.

Ter poder estrutural não significa a capacidade, em cada momento, de provocar os resultados preferidos num contexto de conflito de preferências; significa, antes, a capacidade de alterar, gradualmente e de acordo com preferências profundas e não de conjuntura, o meio estrutural que condiciona o comportamento dos Estados. Poder estrutural é a capacidade de influenciar o enquadramento dos relacionamentos internacionais⁵¹. Waltz entendia perfeitamente que não era possível estabelecer uma relação linear entre capacidades e resultados, mas limita-se a dizer que a estrutura internacional tem o efeito de introduzir elementos de imprevisibilidade na aplicação de capacidades. A história está repleta de exemplos de efeitos imprevistos da utilização do poder, devido à natureza incontrolável do sistema internacional. O passo que Waltz se recusa a dar, e que debilita tremendamente o seu argumento, é o desenvolvimento de uma teoria de poder estrutural⁵².

Não se pretende aqui sugerir que o velho conceito de poder relacional deixou de ter sentido ou utilidade, e que deve ser substituído pela ideia de poder estrutural. É óbvio que os actores continuam a ter capacidades, a lutar por melhorar essas capacidades enquanto deitam um olho cauteloso para os avanços do vizinho nesse mesmo campo, a dispor de uma medida de autonomia irrespectivamente das condicionantes locais ou internacionais, a utilizar os recursos que conseguem mobilizar no contexto de estratégias traçadas para satisfazer as suas preferências, etc. O poder relacional ainda conta, como é evidente. O ponto essencial, no entanto, é que as análises do poder e de preferências em si necessitam

de uma conceptualização de poder estrutural para superar as distâncias que separam a teorização clássica daquilo que é intuitivamente observável.

IV. Aplicações práticas do conceito de poder estrutural

Apesar de se tratar de um conceito relativamente simples de entender, e de resultar de uma insatisfação já antiga em relação à forma como se pensa o poder em si, a noção de poder estrutural não tem, por enquanto, sido extensamente aplicado na disciplina. Podemos encontrar várias razões para isso. Durante a última década os debates no mainstream dos Estados Unidos têm girado em torno de uma comparação relativamente estéril entre o neoliberalismo e o neo-realismo⁵³. Embora seja possível, para muitos dos autores envolvidos neste debate, discernir importantes diferenças de ênfase, diferenças que podem resultar em leituras divergentes de alguns aspectos da actualidade, quem se distancia das minudências do debate repara principalmente na proporção muito circunscrita de tópicos que interessam a este debate. E na espantosa proliferação de temáticas esquecidas nestes debates teóricos⁵⁴.

Tomando como ponto de partida o conceito de poder estrutural, creio que é possível contribuir para a análise de alguns dos desenvolvimentos mais relevantes da actualidade. Susan Strange, com o espírito irrequieto que caracteriza os verdadeiros pioneiros, foi uma das pessoas que mais combateu para desbravar este terreno. Em *The Retreat of the State*, Susan Strange elaborou vários pequenos estudos de caso para ilustrar alguns aspectos do poder estrutural: a distribuição de poder no sector das telecomunicações; o crime organizado; o sector dos seguros e o estabelecimento de normas internacionais de risco; o papel legitimador das empresas de auditoria internacionais; a lógica de proteccionismo privado num contexto de liberalismo público; e os modos de funcionamento de organizações internacionais⁵⁵. Nenhum destes estudos é, ou pretende ser, exaustivo, havendo em todos os capítulos inúmeras pistas para aprofundar a investigação.

A consolidação de uma abordagem baseada no conceito de poder estrutural (e a forma como condiciona a aplicação de poder relacional) requer uma base empírica muito mais alargada. O vasto campo das relações Norte-Sul fornece múltiplas possibilidades de investigação empírica. A partir da constatação da natureza claramente fictícia do conceito de «soberania estatal» em grande parte do continente africano, torna-se imprescindível perguntar quais são as estruturas de poder que condicionam realmente o comportamento de actores internacionais⁵⁶. A própria conceptualização de soberania em África, parcialmente estudada por Robert Jackson⁵⁷, podia ser um importante campo de investigação para quem se interessa por poder estrutural.

A extraordinária influência das organizações financeiras internacionais, e em particular o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, não tem qualquer paralelo histórico e é um assunto muito mal estudado ou compreendido. Naturalmente que existe a doutrina oficial sobre a matéria, segundo a qual seriam «os guardiões universais da ordem jurídico-racional na esfera económica»⁵⁸, mas é uma doutrina difícil de levar a sério. Qual seria, por exemplo, a justificação jurídico-racional pelos sucessivos empréstimos ao Zaire de Mobutu durante mais de duas décadas? Aquilo que seria verdadeiramente interessante para a disciplina de si era uma análise a jusante e a montante do poder estrutural das instituições financeiras internacionais. A jusante, a análise focaria as consequências da influência em termos de distribuição de benefícios e capacidades económicas; a montante, investigaria a fundamentação filosófica que serve de suporte

para o poder estrutural destas instituições. Vários autores marxistas ou radicais procuraram corresponder a esta agenda, mas em geral os resultados são pouco interessantes, justamente devido à ausência de uma compreensão mais apurada de como funciona o poder⁵⁹.

Uma outra área promissora para aplicação do conceito de poder estrutural seria todo o campo dos regimes internacionais. Na realidade é impossível estudar regimes internacionais sem um conceito implícito de poder estrutural, mas o facto de se tratar de um conceito que raramente se torna explícito origina confusões, nomeadamente no contexto do debate neo-realista-neoliberal⁶⁰. O estudo de regimes entendidos como estruturas de poder resultaria profundamente diferente do (habitual) estudo de regimes como arenas de cooperação⁶¹.

Naturalmente que se colocam importantes problemas metodológicos, cuja discussão vai para além dos parâmetros deste artigo. Uma das razões da adopção de um conceito simples de poder relacional prende-se com a sua facilidade de aplicação, enquanto que a identificação e descrição de poder estrutural é muito mais difícil de fazer de forma rigorosa. Seria um erro subestimar as dificuldades práticas que enfrentarão os que se interessarem por esta via, mas esse tipo de desafio coloca-se sempre que se sente a necessidade de questionar a ortodoxia. Existe, no entanto, uma importante diferença em relação aos tempos da Guerra Fria: os múltiplos fenómenos que chamam a atenção de investigadores sob o título genérico da «globalização» são difíceis de interpretar à luz de uma imagem simples de Estados e outros agentes que se influenciam uns aos outros através do seu poder relacional. Cada vez mais se torna – politicamente – necessário compreender a autonomia e o significado do contexto, ou seja o poder estrutural.

Notas

¹ Duas importantes excepções são os livros coordenados por Ken Booth e Steve Smith, editores, *International Relations Theory Today*, Cambridge, Polity Press, 1995, e por John Baylis e Steve Smith, editores, *The Globalization of World Politics: an Introduction to International Relations*, Oxford, Oxford University Press, 1997. Em Portugal, infelizmente, os manuais disponíveis parecem mesmo ignorar a existência dessa diversidade.

² Sobre o conceito de paradigma em RI, e a forma como as ideias de Kuhn foram adaptadas para a disciplina, ver Ken Booth, Steve Smith, editores, *International Relations Theory Today*, pp. 15-21; Martin Hollis, Steve Smith, *Explaining and Understanding International Relations*, Oxford, Clarendon, 1990, pp. 57-61, e Stefano Guzzini, *Realism in International Relations and International Political Economy: The Continuing Story of a Death Foretold*, Londres, Routledge, 1998, pp. 3-7, 114-120.

³ Michael Banks, «The Evolution of International Relations», in Michael Banks, editor, *Conflict in World Society: A New Perspective in International Relations*, Brighton, Harvester Press, 1984, pp. 3-21.

⁴ A ideia de gestalt sugere que existe uma totalidade que vai para além da soma das parcelas, e que só é inteligível por dentro. Kuhn assemelha um paradigma a um gestalt. Uma das consequências desta abordagem é que coloca a subjectividade no centro das

atenções: «A paradigm governs, in the first instance, not a subject matter, but a group of practitioners». Kuhn, citado por Guzzini, op. cit., 1998, p. 4.

⁵ Reinhold Niebuhr, *Moral Man and Immoral Society: A Study in Ethics and Politics*, Nova York, Charles Scribner's Sons, 1960 [edição de 1932], p. 6.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 8.

⁷ Idem, *ibidem*, p. 17.

⁸ Idem, *ibidem*, p. 16: «Power sacrifices justice to peace within the community and destroys peace between communities».

⁹ Idem, *ibidem*, p. 18.

¹⁰ Os comentários sobre Carr referem-se à sua obra mais importante no âmbito das relações internacionais, *The Twenty Years' Crisis, 1919-1939*, publicado pela primeira vez em 1939, especialmente às páginas 95-145 da edição de 1981.

¹¹ E. H. Carr, *The Twenty Years' Crisis, 1919-1939: An Introduction to the Study of International Relations*, Londres, Macmillan, 1981 [edição original de 1939], p. 107.

¹² Idem, *ibidem*, p. 108.

¹³ «The most serious wars are fought in order to make one's own country militarily stronger or, more often, to prevent another country from becoming militarily stronger». Carr, op. cit., p. 111.

¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 117.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 139. Esta noção é posteriormente aproveitada, de forma muito diferente, pelos economistas da escola dependentista, a começar por Raúl Prebisch e a equipa da cepal nos anos cinquenta.

¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 120.

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 197. Recordar-se que Carr foi o autor da monumental *História da Rússia Soviética* em dez volumes.

¹⁸ Hans Morgenthau, *Politics Among Nations: the Struggle for Power and Peace*, Nova York, Alfred A. Knopf, 1978 [edição original de 1948], pp. 4-15.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 5.

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 9.

²¹ Idem, ibidem, pp. 29-41.

²² Idem, ibidem, pp. 30-31.

²³ Idem, ibidem, p. 31.

²⁴ Idem, ibidem, p. 32.

²⁵ Idem, ibidem, p. 30.

²⁶ «Politics as a Vocation» e «The Meaning of Discipline», respectivamente capítulos IV e X de Gerth & Mills, 1970. Ver também o texto de Max Weber («Domination by Economic Power and by Authority») reproduzido em Steven Lukes, editor, *Power*, Nova York, New York University Press, 1986.

²⁷ Para uma abordagem crítica de Morgenthau ver, por exemplo, Jim George, *Discourses of Global Politics: A Critical (Re)Introduction to International Relations*, Boulder, Colorado, Lynne Rienner, 1994, especialmente capítulo 4. Outro trabalho elucidativo da circularidade de argumentos construídos por Morgenthau é Justin Rosenberg, *The Empire of Civil Society: A Critique of the Realist Theory of International Relations*, Londres, Verso, 1994.

²⁸ Ver o conhecido artigo de Stanley Hoffmann «An American Social Science: International Relations», 1977, no qual ele explica a base sociológica do desenvolvimento de ri nos Estados Unidos.

²⁹ A fórmula mais conhecida foi inventada por Ray Cline. Não surpreende que Cline tivesse sido funcionário da cia: só uma necessidade prática muito premente podia levar à introdução de uma linha de investigação académica neste sentido.

³⁰ Cf. Raymond Aron, «Macht, Power, Puissance: Prose Démocratique ou Poésie Démoniaque?», 1964, in Raymond Aron, *Études Politiques*, Paris, Gallimard, 1972. Após dizer que Morgenthau «passa por ser» o principal teórico do realismo, Aron recorda que o próprio Morgenthau escreve que o conceito de poder é dos mais difíceis em ciência política. O comentário de Aron é que as primeiras páginas de *Politics Among Nations* testemunham, estrondosamente, esta dificuldade (p. 182).

³¹ Aron, op. cit., pp. 176-177.

³² Idem, ibidem, p. 177. Seria interessante – entreabrindo a porta que Aron quis fechar – comparar o conceito de Herrschaft, na versão de Talcott Parsons, com a forma como Gramsci utiliza o conceito de «hegemonia». Cf. Antonio Gramsci, *Selections from Prison Notebooks*, Londres, Lawrence & Wishart, 1971, pp. 12-13.

³³ Martin Wight, *Power Politics*, Londres, Penguin, 1979.

³⁴ Hedley Bull, *The Anarchical Society*, Londres, Macmillan, 1997.

³⁵ John Vincent, *Human Rights and International Relations*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

³⁶ Sobre a especificidade da English School, cf. Tim Dunne, «Rules and Rights: Legitimacy in Post-Westphalian International Society», manuscrito apresentado ao seminário «International Society and the Peace of Westphalia», Convento da Arrábida, 10-14 de Agosto 1998.

³⁷ Cf. John Gerard Ruggie, *Multilateralism Matters: The Theory and Praxis of an Institutional Form*, Nova York, Columbia University Press, 1993 e John Gerard Ruggie, *Constructing the World Polity: Essays on International Institutionalization*, Londres, Routledge, 1998. Ruggie reconhece explicitamente a influência da English School no seu livro mais recente.

³⁸ Os comentários sobre a escola neo-realista referem-se a Kenneth Waltz *Theory of International Politics*, Massachusetts, Addison-Wesley, 1979, excepto quando indicado.

³⁹ Cf. Kenneth Waltz, *Man, the State and War: a Theoretical Analysis*, Nova York, Columbia University Press, 1959, pp. 34-37.

⁴⁰ As suas ideias sobre teorias encontram-se em Kenneth Waltz, *Theory of International Politics*, op. cit., capítulo 1.

⁴¹ Idem, ibidem, pp. 93-97, 119. Kenneth Waltz «Reflections on Theory of International Politics: A Response to My Critics», in Robert O. Keohane, editor, *Neorealism and its Critics*, Nova York, Columbia University Press, pp. 338-339.

⁴² Richard Ashley, «The Poverty of Neorealism», in Robert O. Keohane, editor, *Neorealism and Its Critics*, pp. 255-300, Nova York, Columbia University Press, 1986.

⁴³ Robert Cox, «Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory», in Robert O. Keohane, editor, *Neorealism and Its Critics*, op. cit., pp. 204-254.

⁴⁴ Kenneth Waltz, *Theory of International Politics*, op. cit., pp. 97-98.

⁴⁵ Idem ibidem, p. 192, «An agent is powerful to the extent that he affects others more than they affect him».

⁴⁶ Ver a crítica de Robert Keohane sobre este ponto, e a resposta de Waltz em Robert Keohane editor, *Neorealism and Its Critics*, op. cit., pp. 184-189 e pp. 333-334, respectivamente.

⁴⁷ Kenneth Waltz «Reflections on Theory of International Politics», in op. cit., pp. 333-334.

⁴⁸ Barry Buzan, Charles Jones, Richard Little, *The Logic of Anarchy: Neorealism to Structural Realism*, Nova York, Columbia University Press, 1993, pp. 174-178, «Realism is ideology to the extent that its employment of the mental trick of abstraction obscures the real condition of society... and thereby stabilizes it [Mannheim]. But Realism need not be ideology. It may even... be emancipatory».

⁴⁹ Robert Gilpin, *War and Change in World Politics*, Cambridge, Cambridge University Press, 1981, «The Richness of the Tradition of Political Realism», in Robert O. Keohane, editor, *Neorealism and its Critics*, op. cit., pp. 301-321, e *The Political Economy of International Relations*, Princeton, Princeton University Press, 1987. Note-se que na primeira obra Gilpin adopta inicialmente uma definição relacional de poder (ver abaixo), mas ao longo do livro revela grande interesse pela natureza estrutural do poder e da sua distribuição. No livro de 1987, Gilpin discute longamente a natureza de «hegemonia» no sistema económico e político internacional, um conceito que é interessante para análises estruturais do poder.

⁵⁰ Susan Strange, *The Retreat of the State: The Diffusion of Power in the World Economy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996, pp. 16-30.

⁵¹ Susan Strange, *States and Markets: An Introduction to International Political Economy*, Londres, Frances Pinter, 1988, pp. 24-29.

⁵² Kenneth Waltz, *Theory of International Politics*, op. cit., pp. 191-192.

⁵³ David Baldwin, *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate*, Nova York, Columbia University Press, 1993 e Charles Kegley, editor, *Controversies in International Relations Theory: Realism and the Neoliberal Challenge*, Nova York, St. Martin's Press, 1995, são os dois resumos mais conhecidos deste debate. Ruggie é um dos mais influentes escritores neoliberais.

⁵⁴ Cf., por exemplo, o notável texto de Roger Tooze e Craig Murphy «The Epistemology of Poverty and the Poverty of Epistemology in ipe: Mystery, Blindness and Invisibility», *Millennium*, vol. 25, no. 3, 1996, pp. 681-707 sobre a ausência do problema da pobreza em ri. Mary Durfee & James Rosenau «Playing Catch-Up: International Relations Theory and Poverty», *Millennium*, vol. 25, no. 3, 1996, pp. 521-545, também debatem esta ausência, embora com uma abordagem muito distinta.

⁵⁵ Susan Strange, *The Retreat of the State*, op. cit., capítulos 7-12.

⁵⁶ O continente africano tem sido muito marginalizado na disciplina de ri, existindo poucos estudos sobre relações internacionais em África. Durante a Guerra Fria o continente africano tinha uma presença mais assídua nos debates dentro da disciplina, tal como tinha nos cálculos geoestratégicos globais. Existe, evidentemente, uma ligação entre estas duas observações. Uma interessante exceção é o livro de Christopher Clapham *Africa and the International System: The Politics of State Survival*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

⁵⁷ Robert Jackson, *Quasi-States: Sovereignty, International Relations and the Third World*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

⁵⁸ A expressão – que não é irónica – é de Ronald Findlay «The NPE: Its Explanatory Power for LDCs», in G. Meier, editor, *Politics and Policy-Making in Developing Countries*, San Francisco, International Center for Economic Growth, 1991.

⁵⁹ Susan George e Fabrizio Sabelli *Faith and Credit: The World Bank's Secular Empire*, Londres, Penguin, 1994 entendem a raiz do problema quando procuram (pp. 247-251) explicar o poder do Banco Mundial, mas falta-lhes uma problematização mais sofisticada do conceito de poder.

⁶⁰ O artigo «Cave! Hic Dragones: A Critique of Regime Analysis», *International Organization*, vol. 36, no. 2, 1982, em que Susan Strange critica a análise de regimes é merecidamente famoso, mas vale a pena lembrar que os regimes de cuja existência e utilidade ela duvida são os fenómenos imparciais e fraternalmente multilaterais imaginados pela escola neo-liberal.

⁶¹ Nayef Samhat, «International Regimes as Political Communities», *Millennium*, vol. 26, no. 2, pp. 349-378, 1997, oferece várias pistas para o estudo de regimes nas áreas de direitos humanos e controlo do clima que poderiam ser bons pontos de partida.

Raymond Aron, «Macht, Power, Puissance: Prose Démocratique ou Poésie Démoniaque?», 1964, in Raymond Aron, *Études Politiques*, Paris, Gallimard, 1972.

Richard Ashley, «The Poverty of Neorealism», in Robert O. Keohane, editor, *Neorealism and Its Critics*, pp. 255-300, Nova York, Columbia University Press, 1986.

David Baldwin, *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate*, Nova York, Columbia University Press, 1993.

Michael Banks, «The Evolution of International Relations», in Michael Banks, editor, *Conflict in World Society: A New Perspective in International Relations*, pp. 3-21, Brighton, Harvester Press, 1984.

John Baylis, Steve Smith, editores, *The Globalization of World Politics: an Introduction to International Relations*, Oxford, Oxford University Press, 1997.

Ken Booth, Steve Smith, editores, *International Relations Theory Today*, Cambridge, Polity Press, 1995.

Hedley Bull, *The Anarchical Society*, Londres, Macmillan, 1997.

Barry Buzan, Charles Jones, Richard Little, *The Logic of Anarchy: Neorealism to Structural Realism*, Nova York, Columbia University Press, 1993.

Edward H. Carr, *The Twenty Years' Crisis, 1919-1939: An Introduction to the Study of International Relations*, Londres, Macmillan, 1981 [edição original de 1939].

Christopher Clapham, *Africa and the International System: The Politics of State Survival*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

Robert W. Cox, «Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory», in Robert O. Keohane, editor, *Neorealism and Its Critics*, pp. 204-254, Nova York, Columbia University Press, 1986.

Mary Durfee, James Rosenau, «Playing Catch-Up: International Relations Theory and Poverty», *Millennium*, vol. 25, no. 3, 1996, pp. 521-545.

Tim Dunne, «Rules and Rights: Legitimacy in Post-Westphalian International Society», manuscrito apresentado ao seminário «International Society and the Peace of Westphalia», Convento da Arrábida, 10-14 de Agosto 1998.

Ronald Findlay, «The NPE: Its Explanatory Power for LDCs», in G. Meier, editor, *Politics and Policy-Making in Developing Countries*, San Francisco, International Center for Economic Growth, 1991.

Jim George, *Discourses of Global Politics: A Critical (Re)Introduction to International Relations*, Boulder, Colorado, Lynne Rienner, 1994.

Susan George, Fabrizio Sabelli, *Faith and Credit: The World Bank's Secular Empire*, Londres, Penguin, 1994.

Robert Gilpin, *War and Change in World Politics*, Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

Robert Gilpin, «The Richness of the Tradition of Political Realism», in Robert O. Keohane, editor, *Neorealism and its Critics*, pp. 301-321, Nova York, Columbia University Press, 1986.

Robert Gilpin, *The Political Economy of International Relations*, Princeton, Princeton University Press, 1987.

Antonio Gramsci, *Selections from Prison Notebooks*, Londres, Lawrence & Wishart, 1971.

Stefano Guzzini, *Realism in International Relations and International Political Economy: The Continuing Story of a Death Foretold*, Londres, Routledge, 1998.

Stanley Hoffmann, «An American Social Science: International Relations», 1977, in James Der Derian, *International Theory: Critical Investigations*, pp. 212-241, Londres, Macmillan, 1995.

Martin Hollis, Steve Smith, *Explaining and Understanding International Relations*, Oxford, Clarendon, 1990.

Robert Jackson, *Quasi-States: Sovereignty, International Relations and the Third World*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

Charles W. Kegley, Jr., editor, *Controversies in International Relations Theory: Realism and the Neoliberal Challenge*, Nova York, St. Martin's Press, 1995.

Robert O. Keohane, editor, *Neorealism and its Critics*, Nova York, Columbia University Press, 1986.

Steven Lukes, editor, *Power*, Nova York, New York University Press, 1986.

Hans J. Morgenthau, *Politics Among Nations: the Struggle for Power and Peace*, Nova York, Alfred A. Knopf, 1978 [edição original de 1948].

Reinhold Niebuhr, *Moral Man and Immoral Society: A Study in Ethics and Politics*, Nova York, Charles Scribner's Sons, 1960 [edição de 1932].

Justin Rosenberg, *The Empire of Civil Society: A Critique of the Realist Theory of International Relations*, Londres, Verso, 1994.

John Gerard Ruggie, *Multilateralism Matters: The Theory and Praxis of an Institutional Form*, Nova York, Columbia University Press, 1993.

John Gerard Ruggie, *Constructing the World Polity: Essays on International Institutionalization*, Londres, Routledge, 1998.

Nayef Samhat, «International Regimes as Political Communities», *Millennium*, vol. 26, no. 2, 1997, pp. 349-378.

Steve Smith, «The Self-Images of a Discipline: A Genealogy of International Relations Theory», 1995, in Ken Booth, Steve Smith, editores, *International Relations Theory Today*, pp. 1-37, Cambridge, Polity Press, 1995.

Susan Strange, «Cave! Hic Dragones: A Critique of Regime Analysis», *International Organization*, vol. 36, no. 2, 1982.

Susan Strange, *States and Markets: An Introduction to International Political Economy*, Londres, Frances Pinter, 1988.

Susan Strange, *The Retreat of the State: The Diffusion of Power in the World Economy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

Susan Strange, «Territory, State, Authority and Economy: A New Realist Ontology of Global Political Economy», in Robert Cox, editor, *The New Realism: Perspectives on Multilateralism and World Order*, Tóquio, United Nations University Press, 1997.

Roger Tooze, Craig N. Murphy, «The Epistemology of Poverty and the Poverty of Epistemology in IPE: Mystery, Blindness and Invisibility», *Millennium*, vol. 25, no. 3, 1996, pp. 681-707.

John Vincent, *Human Rights and International Relations*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

Kenneth Waltz, *Man, the State and War: a Theoretical Analysis*, Nova York, Columbia University Press, 1959.

Kenneth Waltz, *Theory of International Politics*, Massachusetts, Addison-Wesley, 1979.

Kenneth Waltz, «Reflections on Theory of International Politics: A Response to My Critics», in Robert O. Keohane, editor, *Neorealism and its Critics*, pp. 322-345, Nova York, Columbia University Press, 1986.

Max Weber, «Domination by Economic Power and by Authority», (s.d.), in Steven Lukes, editor, *Power*, pp. 28-36, Nova York, New York University Press, 1986.

Martin Wight, *Power Politics*, Londres, Penguin, 1979.